

SUMÁRIO

Reconhecimento, inclusão e autonomia da pessoa com deficiência: novos rumos na proteção dos vulneráveis 1

Heloisa Helena Barboza
Vitor Almeida

Sumário: Introdução. 1. A tardia emergência dos direitos humanos das pessoas com deficiência. 2. Da integração à inclusão da pessoa com deficiência. 3. A adoção do modelo social de deficiência e seus efeitos. 4. O reconhecimento como fator indispensável à inclusão. 5. Desafios jurídicos à efetividade da inclusão. Conclusão. Referências.

Proteção, liberdade e responsabilidade: uma interpretação axiológico-sistemática da (in)capacidade de agir e da instituição da curatela..... 31

Bruna Lima de Mendonça

Sumário: Introdução. 1. Comandos constitucionais. 2. A hipótese legal de restrição da capacidade de agir: proposta de uma cláusula aberta. 3. A contribuição das novas diretrizes processuais. Conclusão. Referências.

A Parte Geral do Código Civil e a Lei Brasileira de Inclusão... 67

Elisa Costa Cruz

Sumário: Introdução. 1. O marco situacional da Lei nº 13.146/2015. 2. A parte geral do Código Civil depois da Lei nº 13.146/2015. 2.1 O regime de capacidade. 2.2 O domicílio do incapaz. 2.3 A prescrição. Conclusão. Referências.

Discernimento da pessoa humana e sua relevância para o regime jurídico da prescrição e da decadência 99

Rodrigo da Guia Silva
Eduardo Nunes de Souza

Sumário: Introdução: prescrição, discernimento e autorresponsabilidade. 1. Discernimento, incapacidade civil e sua relação com a deflagração dos prazos prescricionais e decadenciais. 2. O credor incapaz ou com discernimento reduzido e sua proteção quanto ao termo inicial dos prazos de prescrição e decadência. 3. Mudanças supervenientes da capacidade ou do discernimento do credor e sua relevância para a fluência da prescrição e da decadência. 4. Pretensão indenizatória do incapaz ou da pessoa com discernimento reduzido contra (eventual) representante legal pela inércia em obstar ou arguir a prescrição. Síntese conclusiva. Referências.

A celebração de negócios jurídicos por pessoas consideradas absolutamente capazes pela Lei nº 13.146 de 2015, mas que não possuem o necessário discernimento para os atos civis por doenças da mente: promoção da igualdade perante a lei ou ausência de proteção? 167

Cíntia Muniz de Souza Konder

Sumário: Introdução: Um caso paradigmático julgado após a vigência da Lei nº 13.146/2015. 1. Como se deu a mudança no sistema de incapacidades? 2. A celebração de negócios jurídicos por pessoas consideradas absolutamente capazes pela Lei nº 13.146 de 2015, mas que não possuem o necessário discernimento para os atos civis por doenças da mente: promoção da igualdade perante a lei ou ausência de proteção? Conclusão. Referências.

A Lei Brasileira de Inclusão e seus reflexos no casamento da pessoa com deficiência psíquica e intelectual 185

Beatriz Capanema Young

Sumário: Introdução. 1. A Constituição de família através do casamento. 1.1. A capacidade para o casamento. 1.2. A escolha do regime de bens do casamento. 2. Invalidades matrimoniais: revisão de sua disciplina jurídica em face da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. 2.1. Erro essencial sobre a pessoa. Conclusão. Referências.

Medidas efetivas e apropriadas: uma proposta de interpretação sistemática do Estatuto da Pessoa com Deficiência217

*Fernanda Cohen
Renata Vilela Multedo*

Sumário: Introdução. 1. Algumas das alterações trazidas pelo EPD. 2. Medidas efetivas e medidas apropriadas. 3. Interpretando o EPD. 3.1. Curatela e direitos existenciais. 3.2. A representação dos relativamente incapazes nos limites da sentença de interdição. Conclusão. Referências.

Limitação da curatela aos atos patrimoniais: reflexões sobre a pessoa com deficiência intelectual e a pessoa que não pode se exprimir.....243

Maici Barboza dos Santos Colombo

Sumário: Introdução. 1. Análise funcional da capacidade civil após a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência. 2. Direitos da personalidade da pessoa com deficiência intelectual. 3. A atuação da pessoa que não pode se exprimir – curatela e representação. 4. Tutela dos direitos da personalidade da pessoa que não pode se exprimir: representação para direitos existenciais? Conclusão. Referências.

Consentimento para atos na saúde à luz da Convenção de Direitos da Pessoa com Deficiência: da discriminação ao empoderamento271

Gabriel Schulman

Sumário: 1. A Constitucionalização do regime das incapacidades e a aptidão para decidir em saúde. 2. Consentimento e empoderamento. 3. A competência para decidir na saúde e os modelos de deficiência: correlações. Considerações finais. Referências.

Consentimento informado das pessoas com deficiência mental: a necessária compatibilização entre a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a Lei Brasileira de Inclusão299

Eduardo Freitas Horácio da Silva

Sumário: Introdução. 1. Um novo olhar sobre a deficiência: o paradigma da inclusão. 2. Notas sobre consentimento informado em re-

lação à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. 3. A Lei Brasileira de Inclusão e o consentimento informado das pessoas com deficiência mental. Conclusão. Referências.

O impacto do Estatuto da Pessoa com Deficiência no Direito das Sucessões317

Camila Aguilera Coelho

Sumário: Introdução. 1. As alterações promovidas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência no regime das incapacidades. 2. Os impactos do Estatuto da Pessoa com Deficiência no Direito das Sucessões. 2.1. Reflexos na capacidade testamentária. 2.2. Reflexos quanto à elaboração de testamento com disposições testamentárias de conteúdo não patrimonial. Conclusão. Referências.